

## 5

# CRIANÇAS E TELEVISÃO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DE UM CAMPO DE ESTUDO

*Sara Pereira*

A televisão assume um espaço-tempo relevante no cotidiano das crianças; conta-lhes histórias, faz apelo à sua fantasia e imaginação, mostra-lhes acontecimentos, pessoas e lugares a que dificilmente teriam acesso de outro modo, permitindo-lhes viajar no tempo e no espaço. Como diz Meyrowitz (1985: 238), “a televisão hoje acompanha as crianças através do planeta, mesmo antes de terem permissão para atravessar a rua”.

Devido às características da vida moderna – trabalho profissional fora de casa, universalização da escolaridade, aumento dos índices de divórcio, meios urbanizados sem as necessárias infra-estruturas – o processo de socialização sofreu grandes transformações, emergindo novos quadros de influência e novas agências de socialização, nomeadamente os meios de comunicação. É precisamente como elemento do meio em que a criança está inserida e como mediadora de outras realidades que a televisão participa do processo de socialização dos mais novos.

O estudo da relação crianças-televisão levanta inevitavelmente questões sobre as funções culturais e sociais da televisão, bem como sobre a forma como a infância é definida e construída. Nas últimas décadas, assistimos a mudanças significativas em ambas as áreas. Se a televisão mudou, sobretudo a partir da década de 80, também os contextos da infância sofreram mudanças, quer em termos das estruturas sociais das famílias e das comunidades, quer em termos de valores, de identidades e de consumo. Aparentemente, a televisão parece ser um objeto único e natural, mas a realidade é mais complexa. Como adverte Wolton, ela é investida de maneira diferente pelos indivíduos, “a mesma mensagem dirigida a toda a gente nunca é recebida da mesma maneira” (WOLTON, 1997: 108), preci-

samente pelo fato de os telespectadores, independentemente da sua capacidade crítica, não viverem de maneira idêntica e igualitária.

Todavia, como veremos mais à frente, o estudo da relação das crianças com o pequeno *écran* nem sempre atendeu às variáveis que intervêm e influenciam essa relação. Talvez o problema mais grave dos discursos correntes e de muitas pesquisas radique na descontextualização, quer das crianças, quer da televisão. Ora, nenhuma das polaridades deste binômio existe num vácuo social, fora de um quadro de relações sociais, de espaço e de tempo.

Atendendo então a que há um conjunto de fatores que envolvem, contextualizam, influenciam e determinam a relação crianças-televisão, torna-se necessário, no estudo sobre este binômio, articular as suas diversas vertentes para uma compreensão mais globalizante do campo. Ou seja, é necessário considerar um quadro de análise que contemple, nomeadamente, a audiência, os textos/mensagens e a dimensão institucional da televisão (empresas e grupos de comunicação).

Estas vertentes não devem ser vistas como o somatório de campos de estudo e análise, mas, usando uma expressão de Manuel Pinto, como *vértices de um triângulo de relações possíveis e necessárias*. A exploração e estudo das matizes e das contradições dentro de cada um destes campos e entre eles podem fornecer uma base fundamental para a compreensão da relação crianças/televisão.

Subjacente à necessidade e à importância de se construir um quadro integrador dos vários aspectos e vertentes implicados nos processos sociais quer da produção e emissão, quer da recepção, está o argumento de que qualquer discurso marcado pela unicidade e pela unilateralidade será, inevitavelmente, um discurso enviesado, redutor da complexidade dos fenômenos que procura abordar ou analisar e, ao mesmo tempo, mistificador ao sugerir a idéia de que bastaria estudar uma das facetas – a audiência, os textos, as políticas ou as ofertas – para que o quadro de análise e de compreensão ficasse completo.

O fato de se considerar, na esteira de outros investigadores, que o estudo da relação crianças-televisão deve centrar-se nas interações entre as instituições, os textos e as audiências, não significa que diferentes aspectos do processo possam (e devam) ser, em determinadas alturas, abordados de forma mais detalhada e pormenorizada. O importante será articular as pesquisas, os seus resultados e questões, para que, nesta base, se vá construindo e completando o quadro global e integrador, a que anteriormente se fez referência, que nos dê conta da complexidade das interações crianças-televisão.

Em seguida, apresenta-se o estado da arte das pesquisas sobre as crianças e a televisão, da perspectiva da recepção e da programação, procurando-se também traçar um quadro retrospectivo dos estudos neste domínio.

## **O ESTUDO DA RECEPÇÃO TELEVISIVA**

A atenção que tem suscitado o tempo que as crianças passam em frente ao *écran* tem tido por base uma preocupação sobretudo com a quantidade, subesti-

mando a importância daquilo que se vê, como, quando, com quem, onde e por quê. Ora, tão ou mais importantes que o tempo “gasto” a ver TV, são as condições da recepção televisiva.

Numa análise do discurso corrente e do debate público acerca da relação crianças-televisão, sublinham-se sobretudo os efeitos negativos da televisão, sendo o problema da violência o mais destacado, embora a lista de “queixas” seja grande. Afirma-se, por exemplo, que as crianças passam muito tempo a ver televisão; que esta atividade fomenta atitudes e comportamentos de passividade; que tira tempo às crianças para a realização de outras atividades, nomeadamente para a leitura e para a realização das tarefas escolares; que prejudica o sucesso escolar; que impede o diálogo na família, etc. A preocupação é quase exclusivamente com os efeitos negativos da TV. Considera-se frequentemente que este meio tem uma influência nefasta, sobretudo ao nível do comportamento das crianças, no seu desenvolvimento mental e nas suas atitudes. Há uma preocupação generalizada pelos efeitos da televisão, especialmente nas crianças, e uma tendência para se instituir um único fator neste caso a televisão – como explicação de determinados fenômenos sociais, nomeadamente, os comportamentos violentos. David Buckingham (1993) refere, a este propósito, que a questão frequentemente ignorada é que as crianças escolhem ver TV, em primeiro lugar, pelo prazer e satisfação que esta atividade lhes pode dar. Ou seja, os processos afetivos e emocionais, que parecem ser relevantes na experiência televisiva das crianças, são subvalorizados.

Relativamente a este tipo de discurso, parece existir um fenômeno de recorrência, ou seja, os argumentos que estão a ser dados acerca dos efeitos da TV, dos vídeos, dos jogos de computador e da Internet nas gerações mais novas são eco daqueles que foram sendo feitos ao longo da história em relação ao aparecimento de novos meios e técnicas de difusão, tais como o teatro, a imprensa, a literatura popular, o cinema e o rádio.

Naquele tipo de discurso está implícita uma concepção da relação crianças-televisão essencialmente behaviorista, sendo concebida como um processo de estímulo-resposta: o estímulo é igual para todos; a resposta é uma reação direta àquele. Segundo esta corrente, a televisão é uma influência extremamente poderosa, que molda a consciência e o comportamento da criança. Esta é vista como uma vítima passiva da televisão, indefesa, fortemente impressionável e vulnerável.

Esta abordagem teórica assumiu uma posição central nos primeiros estudos desenvolvidos. Estes baseavam-se então na teoria dos efeitos diretos e imediatos dos media (“modelo hipodérmico” ou “teoria das balas mágicas”), o que significava reconhecer os seus poderosos efeitos sobre uma audiência passiva.

As pesquisas desenvolvidas na segunda metade dos anos 50, por Himmelweit no Reino Unido e por Schramm nos EUA, para procurar responder às preocupações públicas acerca dos alegados malefícios de exposição à televisão, embora tivessem fortemente presente a problemática dos efeitos, provocaram uma ruptura com a visão determinista e reducionista da relação crianças-televisão, e equacionaram, de certo modo, as vertentes das investigações posteriores.

A pesquisa de Schramm, Lyle e Parker constitui um ponto de referência para os estudos sobre as crianças e a televisão na medida em que propôs uma alteração radical na abordagem da relação entre ambos. Estes autores realçaram não só a importância da televisão e dos seus conteúdos, mas também as crianças e os seus contextos de vida. Como sublinha Schramm (1965:245), "parece claro que, para compreender melhor o impacto da televisão e os seus efeitos sobre as crianças, nos temos de libertar primeiro do conceito pouco realista [que é] aquilo que a televisão 'faz às crianças' e substituí-lo por um outro: *aquilo que as crianças fazem com a televisão*".

A equipe de Schramm destacou o papel ativo da criança na relação que estabelece com a televisão e sugeriu que é necessário ter presente o contexto de vida das crianças e não apenas uma das suas dimensões. Naquela relação há que considerar, por conseguinte, não apenas o fator crianças, ou o fator televisão, mas também os contextos socioculturais em que ocorre tal interação.

A corrente dos usos e gratificações que se desenvolveu a partir da perspectiva referida anteriormente simbolizou a mudança de perspectiva – o foco da atenção não é mais "o que os media fazem às pessoas", mas "o que as pessoas fazem com os media".

Esta corrente, recusando olhar para as audiências como uma massa uniforme de consumidores, deixa de encarar os indivíduos como "vítimas" passivas e indefesas dos *mass media*, neste caso da televisão, e passa a centrar o seu interesse na forma como os sujeitos usam os media para satisfazer as suas necessidades (de escape, de interação social, de resolução de problemas, de ocupação do tempo livre, etc.) e expectativas, e nas gratificações que deles obtêm.

Os trabalhos desenvolvidos no Reino Unido e nos Estados Unidos da América que tiveram como base aquela perspectiva, adotaram abordagens diferentes: enquanto que no primeiro se enveredou por uma perspectiva sociológica, realçando as variáveis demográficas tal como a classe social, e se considerou os usos individuais dos media pelos indivíduos nos seus contextos, no segundo adaptou-se uma perspectiva psicológica, colocando a ênfase no indivíduo, na sua personalidade e motivação, e na forma como diferentes indivíduos usavam os media para satisfazer diferentes necessidades.

Uma das críticas levantadas à corrente dos usos e gratificações diz respeito às limitações do conceito de "necessidades". A suposição de que há necessidades humanas básicas que os media satisfazem ignora a possibilidade de que os media possam, eles próprios, criar necessidades e de que os media podem não refletir necessariamente necessidades e preferências pessoais, como pode haver necessidades inconscientes que não são expressas pelos sujeitos. Para além disso, considera-se que esta abordagem assumiu o consumo televisivo como uma atividade muito mais consciente do que efetivamente é.

Uma outra nota crítica apontada por Buckingham (1993) vai no sentido desta corrente ter falhado em não considerar a vertente social da relação crianças-televisão. Ou seja, ao colocar a ênfase nas necessidades básicas e no uso dos

media para as satisfazer, estaria a reduzir a realidade à dimensão individual, e a considerar irrelevante as instituições mediáticas e os conteúdos produzidos e difundidos por essas instituições.

A partir dos anos 60, a investigação de carácter psicológico sobre as crianças e a televisão começou a orientar-se para o modelo cognitivista. Este modelo atribui ao sujeito um papel ativo na construção da sua identidade e na sua relação com os outros e com o mundo; enfatiza as diferenças individuais, e salienta também o papel e importância das interações sociais. Na sua relação com a televisão, a criança assume um papel ativo e competente na atribuição de sentido, a partir dos conteúdos veiculados por esse meio.

Todavia, apesar da ênfase no papel ativo das crianças na construção do sentido, este é ainda considerado como algo que está contido no texto e que pode ser objetivamente identificado e quantificado. Isto é, o texto é ainda tipicamente definido como um estímulo e os seus efeitos são ainda abordados isoladamente, fora do contexto em que ocorrem. Focando a sua atenção quase exclusivamente nos aspectos intelectuais da criança, deu pouca ênfase aos fatores sociais e culturais, ou seja, ignorou o fato do desenvolvimento cognitivo estar, inevitavelmente, relacionado com as experiências sociais da criança. Como refere Buckingham:

no estudo da compreensão da televisão pelas crianças, os psicólogos cognitivos tenderam a concentrar-se mais nos aspectos “micro” do que nos aspectos “macro” – nos processos de atenção e compreensão e nos efeitos de determinadas características formais, mais do que nas diversas respostas aos diferentes gêneros televisivos, ou o papel da televisão na formação de atitudes e opiniões (1993: 13).

Todavia, se muitos investigadores cognitivistas ignoraram os contextos sociais em que as crianças estão inseridas, a favor de “uma” criança separada de qualquer contexto social e histórico, outros houve que consideram esses aspectos nas suas teorias. Merece destaque o trabalho desenvolvido por Aimée Dorr (1986).

Dorr considera que as crianças têm de realizar um trabalho ativo ao ver televisão para poderem dar sentido aos seus conteúdos e utilizar as suas mensagens. Refere a autora: “as crianças não são recipientes vazios à espera de serem ocupados pela televisão. Elas podem parecer paradas, até mesmo passivas, enquanto vêem televisão, mas corpos inativos não significam necessariamente mentes inativas” (1986: 23). A autora considera a existência de três processos seqüenciais na construção do sentido. O primeiro contempla o processamento da informação que diz respeito às capacidades de selecionar e decodificar, a partir da multiplicidade de signos visuais transmitidos pela televisão, as informações mais significativas. O segundo processo, o da interpretação, requer que os telespectadores usem os esquemas e os conhecimentos adquiridos pela experiência para poderem integrar, inferir e atribuir sentido aos conteúdos da televisão. O terceiro processo – a avaliação – diz respeito aos juízos que as crianças fazem em relação ao que viram na televisão – em relação às pessoas, às ações, aos acontecimentos, às situações.

Segundo Dorr, estes três processos são interdependentes e operam simultânea e seqüencialmente de uma forma “entrelaçada”, o que pode ser complexo e

desafiante mesmo para os telespectadores mais sofisticados e hábeis. Ao considerar que “as mensagens transmitidas pela televisão não são as mensagens que os telespectadores recebem mas antes as que estes interpretam” (1986: 21) a autora tem subjacente a idéia de que os significados da TV não estão apenas nas suas mensagens mas resultam da interação com os telespectadores, de acordo com os seus recursos, capacidades e situações. É neste sentido que sugere que se deve procurar o *middle ground* da abordagem construtivista na relação crianças-televisão. Considera que se deve reconhecer que cada telespectador, acedendo aos mesmos signos televisivos, constrói um significado próprio para cada mensagem televisiva e que esse significado é construído em vários níveis. A compreensão do significado da televisão na vida das crianças deve ser elaborada com base nos processos através dos quais elas constroem os significados dos conteúdos televisivos. Especial atenção deve merecer o papel mediador que a família pode assumir em nível daqueles processos de construção de significados a partir da relação com a televisão.

A partir da década de oitenta, alguns dos estudos desenvolvidos sobre a relação crianças-televisão começam então a deslocar a sua atenção dos efeitos para uma conceitualização da prática televisiva como um processo de interação imerso na vida quotidiana. Considerando a distinção proposta por McQuail (2003), dir-se-ia que os primeiros seguem uma orientação *mediocêntrica* e os segundos uma orientação *sociocêntrica*. As pesquisas começam então a concentrar-se no envolvimento ativo das crianças com a televisão, procurando compreender as experiências e as práticas televisivas das crianças a partir das suas próprias perspectivas, situando essas práticas no contexto mais vasto das práticas sociais quotidianas. Partilhando dos princípios da corrente ecológica, a pesquisa tem em consideração os contextos próximos e distantes em que a criança participa e em que desenvolve a sua vida quotidiana, bem como a ação conjunta dos diferentes agentes de socialização (família, televisão, escola, grupo de pares), com quem a criança interage. Neste sentido, a relação das crianças com os media começa a ser estudada a partir de uma *perspectiva holística* que Magda Albero Andrés (1994) apela e defende, a qual permite olhar a realidade social de uma forma dinâmica, como um todo, e em constante evolução.

A investigação tem, desde então, mostrado que o contexto e as condições em que se processa o desenvolvimento infantil e a socialização influenciam o uso que as crianças fazem dos media. Vários autores têm chamado a atenção para o fato de o consumo televisivo ser influenciado por um conjunto de fatores. A idade, o sexo, o desenvolvimento sociocognitivo, o nível sociocultural da família, as características do meio de habitação, os ritmos e estilos de vida, bem como a oferta televisiva são os mais mencionados sem, contudo, ser possível determinar o papel exato de cada um. Estes fatores dão-nos conta de que o uso que as crianças fazem da televisão é bastante heterogêneo, sendo também distintos os padrões de utilização da TV no quadro da vida familiar. Sugere-nos também que as práticas relacionadas com a televisão são expressão de um conjunto de aspectos, todos eles fundamentais para a sua compreensão.

Subjacentes a estas variáveis estão, também, dois pressupostos básicos: o primeiro sublinha a natureza heterogênea do uso dos media pelas crianças e adolescentes, o qual “não se diferencia apenas segundo dimensões estruturais básicas tais como a idade, o sexo e a classe social, mas também segundo um certo número de variáveis intervenientes tais como as atitudes e os valores alimentados pela criança e sua família” (ROSENGREN, 1989: 11). O segundo indica que o uso dos media pelas crianças é parte integrante de dois processos básicos – o de desenvolvimento e o de socialização.

Estudos sobre a televisão no quotidiano das crianças (nomeadamente, PINTO, 1995) apontam também para o fato de muitas crianças não realizarem outras atividades, além de verem televisão, pela simples razão de tais atividades não estarem ao seu alcance. Por esse motivo, boa parte do tempo dedicado pelas crianças a ver televisão consiste justamente naquilo a que Mariet (1989) chamou a “TV companhia” e a “TV tapa-buracos”. Para além de a institucionalização marcar atualmente muitas infâncias (NÄSMAN, 1994), as circunstâncias em que as famílias habitam, as possibilidades e carências dos pais, a falta de espaços para onde as crianças possam ir e estar em segurança, a inexistência de uma oferta de atividades alternativas ou a carência de recursos, de interesses e de expectativas para a sua frequência levam a que muitas delas passem demasiado tempo entregues a si próprias, sem mais nada para fazer que não seja ver televisão.

Um outro aspecto que tem sido objeto de análise e que tem sido alvo de diferentes entendimentos e concepções diz respeito ao papel que a criança desempenha na sua interação com o *écran*.

No seguimento do que os estudos sociais da infância têm vindo a enfatizar, e de acordo com o espírito da *Convenção sobre os direitos da criança*<sup>1</sup>, as pesquisas atuais sobre a relação crianças-televisão defendem uma concepção de criança como sujeito social e não como objeto dos projetos e iniciativas dos adultos. Considerá-la *atora* social implica reconhecer que desempenha um papel ativo no meio em que está inserida e do qual a televisão faz parte. Contudo, importa salientar que, ao rejeitar uma perspectiva de criança como vítima passiva da televisão, não se pretende adotar, simplesmente, a perspectiva contrária e substituir a imagem tradicional de inocente e vulnerável por uma imagem de um ser “ativo e autônomo”. Esta concepção de criança é tão indefinida e controversa como aquela que pretende substituir. Continua-se a falar acerca da criança como uma categoria universal, em vez de crianças que vivem em circunstâncias sociais, culturais e históricas específicas que as colocam em posições particulares na estrutura social. Ora, a infância constitui um grupo social autônomo que se destaca e transforma histórica e culturalmente, estando longe de corresponder a uma categoria universal, natural e de significado óbvio. Para além das diferenças individuais, as distintas condições sociais em que as crianças vivem, a classe social e a etnia a que pertencem, o gênero e a cultura constituem, todos, aspectos importantes na caracterização da posição social que cada uma delas ocupa.

1. Documento legal aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989.

## O ESTUDO DA PROGRAMAÇÃO PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL

Neste ponto o foco de abordagem é colocado não nas práticas de recepção das crianças, mas antes nas práticas de programação dos adultos (dirigidas ao público infantil).

O tema agora abordado – televisão para crianças – torna presente dois agentes: os adultos (emissores das mensagens) e as crianças (destinatários das mensagens).

A televisão para crianças, tal como a literatura infantil, não é produzida *por* elas, mas *para* elas (BUCKINGHAM, 2000). Neste sentido, os programas que os adultos produzem e difundem para o público infantil representam construções dos adultos sobre a infância. Como tal, a televisão para crianças pode talvez ser vista como um reflexo dos interesses, dos desejos e das fantasias não das crianças, mas dos adultos sobre as mesmas. Estes programas são bem o lugar de uma elaboração do pensamento sobre as crianças e sobre a importância e o papel da televisão nas suas vidas quotidianas. Como sugere Buckingham (1999), as grades de programação para a infância são representações sugestivas sobre a audiência infantil, refletindo suposições sobre os hábitos e ritmos de vida das crianças, os seus gostos, interesses e preferências.

Por todo o mundo, os investigadores têm pintado o cenário da televisão para as crianças com as mesmas tonalidades: maior oferta de programas, devido sobretudo aos canais por cabo, acompanhada de um decréscimo da qualidade e da diversidade ao nível dos gêneros, dos formatos, dos conteúdos e dos públicos-alvo; domínio da animação, principalmente de origem norte-americana e japonesa; abandono gradual de certos gêneros, nomeadamente o informativo; grande desproporção entre a oferta de programas de produção nacional e de programas importados; tendência para a emissão de programas associados a um forte *merchandising*.

Alguns autores (cf. nomeadamente CORSET, 1991) alertaram também para o fato de os programadores optarem por eliminar programas para audiências muito específicas em benefício de outros susceptíveis de interessar a uma audiência mais alargada. Ora, este será, com certeza, um dos motivos que permite explicar por que é que os programas mais vistos pelas crianças não são os programas que lhes são especialmente dirigidos. Esta constatação, evidenciada por vários estudos, vai ao encontro da afirmação de Mariet, segundo a qual “a verdadeira televisão das crianças é aquela que elas efetivamente vêem e não se confunde necessariamente com aquela produzida e emitida expressamente para elas” (1989: 86).

A preocupação partilhada pelo senso comum em relação à programação e aos programas televisivos para crianças é um fenómeno recorrente que está intimamente ligado com as preocupações sobre os efeitos da televisão sobre as crianças. Relativamente a este aspecto, regista-se uma discrepância notável entre os níveis de preocupação pública sobre a influência da televisão nas crianças e os usos que estas fazem daquele meio, por um lado, e a escassez de investigação empírica sobre a matéria, por outro. Ciclicamente, levantam-se vozes a denunciar a



falta de qualidade da programação televisiva para as crianças e a reivindicar melhores programas para os mais pequenos, mas a investigação tem permanecido praticamente no “silêncio”. De fato, esta área continua a ser, em muitos países, uma “área menor” da investigação e da decisão.

No que diz respeito à escassez de investigação neste domínio, a investigadora inglesa Sonia Livingstone (2002) salienta, curiosamente, esse aspecto, lamentando a escassez de pesquisas na Inglaterra, um país que tem dado as coordenadas a este nível e que tem servido de referência a investigadores de vários países que se dedicam a esta área de estudo.

Importa, no entanto, salientar que o estado da investigação varia de país para país, verificando-se um maior desenvolvimento em regiões como a América do Norte, a Austrália, o Japão e a Europa. Centrando-nos neste continente, verifica-se que a investigação neste domínio também não é comum a todos os países. Num estudo desenvolvido em 1995, pediu-se a académicos dos 15 países da União Européia para avaliar a investigação sobre as crianças e os media nos seus países. Cerca de 45% afirmou “bastante bem desenvolvida”, sendo esta resposta proveniente dos académicos de países do Norte da Europa. Aproximadamente a mesma percentagem respondeu que a investigação nesta área estava “pouco desenvolvida”, “não desenvolvida”, e “praticamente inexistente”. Estas respostas vieram de investigadores de países da Europa Central e da Europa Mediterrânica. As explicações para a falta de investigação apontavam as poucas ou nenhuma instituições para a realizar, o baixo estatuto da investigação sobre crianças e o fato de as pessoas não estarem interessadas nesta área de estudo (LINNÉ, 1996).

Em nível mundial, a televisão para crianças tem sido estudada de diferentes ângulos e seguindo vários tipos de metodologia. Os estudos centram-se, sobretudo, na análise da programação e dos programas que são emitidos, na abordagem de questões como a violência e a publicidade nos espaços para os mais novos, na reflexão e na discussão dos critérios para uma programação de qualidade, no debate sobre a (des)regulamentação da oferta e na identificação das vantagens e desvantagens de uma indústria televisiva global.

Com base nas informações reunidas, elaborou-se uma breve resenha de investigações e de reflexões significativas produzidas internacionalmente no âmbito da televisão para crianças. Estamos conscientes de que não é uma resenha exaustiva. Para além das eventuais obras e pesquisas a que não conseguimos aceder, as referências que aqui são anotadas estão longe de esgotar a bibliografia nesta área. Optou-se por fazer uma seleção dos trabalhos simultaneamente mais relevantes, em nível internacional, e mais significativos para a compreensão do campo de estudo.

Num número especial da revista *Communication Research Trends*, dedicado ao tema “Crianças e Televisão”, Norma Pecora (1999) afirma que até bem pouco tempo os estudos sobre a indústria dos media para crianças eram escassos, centrando-se, sobretudo, na influência e efeitos da televisão sobre as crianças.

Ao longo dos anos 70 e 80, desenvolveram-se, nos EUA, algumas pesquisas que contemplaram quer o estudo da produção de programas para a infância no âmbito do serviço público de televisão<sup>2</sup>, quer a análise da indústria televisiva para crianças<sup>3</sup>. Todavia, predominou a pesquisa sobre os efeitos da televisão nos mais novos.

Ao longo dos anos 90, assistiu-se a um interesse crescente pelo estudo da televisão produzida e difundida para o público infantil. De acordo com vários autores, essa década foi o período em que se produziu o maior número de reflexões teóricas e de investigação sobre a televisão para crianças<sup>4</sup>. Esta situação resulta da conjugação de uma série de fatores, como as mudanças na paisagem televisiva; a crescente consciência internacional da importância e da influência da televisão na vida dos mais jovens; a maior visibilidade social da infância e das crianças; e, finalmente, o reconhecimento destas como sujeitos de direitos, sobretudo a partir da aprovação da *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Nos EUA, o interesse por esta área apareceu traduzido, sobretudo, nos trabalhos de Edward Palmer (1988), Ellen Seiter (1993), Kunkel (1992 e 1993), Hendershot (1998) e Pecora (1998). Enquanto Hendershot centra a sua pesquisa no contexto histórico e cultural da televisão para a infância e desafia a noção de criança ingênua e inocente, Kunkel aborda as decisões políticas que influenciam a programação e a publicidade para o público mais novo. Norma Pecora, baseando-se no modelo de relações económicas entre a indústria televisiva e a da publicidade proposto por Melody, analisa a emergência e a evolução da audiência infantil e as complexidades crescentes da economia de mercado que envolve as atividades de lazer para este público.

Ainda nos EUA, o *Annenberg Public Policy Center*, da Universidade de Pensilvânia<sup>5</sup>, elabora, desde 1996, um relatório anual<sup>6</sup> de análise da programação (em termos de quantidade e de qualidade) emitida pelos canais hertzianos e por cabo, difundida para as crianças da zona urbana de Filadélfia. O centro produziu também relatórios sobre a indústria televisiva americana, principalmente como resposta ao clima de desregulamentação.

---

2. HARRIS, R. (1999). *A Cognitive Psychology of Mass Communication*. 3. ed. Mahwah, NJ/Londres: Lawrence Erlbaum.

3. MELODY, W. (1973). *Children's Television: the Economics of Exploitation*. New Haven: Yale University Press.

4. A década passada assistiu também a um aumento significativo de Encontros nacionais e internacionais que tiveram como principais objetivos contribuir para melhorar, por todo o mundo, o perfil dos programas televisivos para a infância e outros conteúdos dos media; propor iniciativas que desenvolvam a diversidade e a qualidade dos programas para crianças e promover a investigação, a cooperação e a formação dos que se interessam pela televisão para crianças (VON FEILITZEN & BUCHT, 2001).

5. Criado em 1994, este centro desenvolve investigação e promove conferências em áreas relacionadas com as políticas da comunicação, a sociedade da informação, os media e as crianças, entre outras ([www.annenberg-publicpolicycenter.org](http://www.annenberg-publicpolicycenter.org)).

6. Ver Jordan, 1996b; Jordan e Woodhard, 1997; Jordan et al., 1998; Woodhard, 1999.

Na América Latina, mais concretamente no Chile, o *Consejo Nacional de Televisión* (CNTV)<sup>7</sup>, através do seu Departamento de Estudos, tem desenvolvido e promovido investigação sistemática sobre o impacto da televisão na sociedade chilena, “proporcionando informação e dados a quem toma decisões, tanto em nível do Estado como da indústria, assim como também aos distintos consumidores de televisão sobre a programação televisiva, de maneira a outorgar as ferramentas necessárias para um debate informado sobre o tema” ([www.cntv.cl](http://www.cntv.cl)).

Desde o seu início, em 1992, o Departamento de Estudos tem realizado várias pesquisas através de metodologias qualitativas e quantitativas, entre as quais se destacam os inquéritos, grupos de foco, observação participante e análise de conteúdo. Através destes estudos, aquele Departamento tem recolhido e sistematizado uma grande quantidade de informação e tem chegado a um importante nível de conhecimento sobre a televisão, particularmente no que respeita às suas ofertas e aos públicos. Esta informação tem contribuído para a atividade reguladora do Conselho e tem permitido identificar os temas de maior interesse para a opinião pública. Estes temas têm, por sua vez, orientado as principais linhas de investigação do Departamento de Estudos que, nos últimos anos, se debruçou sobre a violência na televisão, as crianças e a televisão, a televisão e a educação, a oferta e o consumo televisivo, as novas tecnologias da comunicação e a avaliação de campanhas televisivas.

No âmbito da linha de investigação sobre Crianças e Televisão, o CNTV tem realizado, em parceria com o Ministério da Educação local, vários estudos sobre a televisão para crianças com o objetivo de quantificar a programação para a infância na televisão chilena e avaliar a sua qualidade em termos de conteúdos educativos, presença de violência e de publicidade. Inicialmente estas pesquisas incidiam apenas na programação infantil da televisão aberta, mas, atualmente, têm-se centrado também na televisão por cabo.

Na Austrália, para assinalar o aniversário da introdução do sistema de classificação dos programas para crianças (1979–1999), a *Australian Broadcasting Authority*, a *Australian Children’s Television Foundation* e a *Australian Film Finance Corporation* desenvolveram, em finais da década de noventa, uma investigação conjunta sobre a programação para crianças em idade escolar, procurando identificar as tendências desta programação nos 20 anos em estudo.

No âmbito do *Australian Key Centre for Cultural and Media Policy* da Universidade de Griffith, Wendy Keys (1999) desenvolveu uma pesquisa em que analisou as políticas e as práticas da programação televisiva para as crianças na

---

7. A Constituição Política da República Chilena consagra a existência de um Conselho Nacional de Televisão (CNTV) autónomo e com personalidade jurídica própria, encarregado de velar pelo correto funcionamento dos serviços de televisão. No seu caráter de organismo autónomo, o conselho não depende de nenhuma autoridade do Governo, relaciona-se apenas com o Presidente da República através do Ministério “Secretaria Geral do Governo”. O CNTV tem como missão “velar pelo correto funcionamento da televisão através de políticas institucionais que tendam a orientar, estimular e regular a atividade com os atores envolvidos no fenómeno televisivo em sintonia com as mudanças tecnológicas e socioculturais, num contexto de crescente internacionalização” ([www.cntv.cl](http://www.cntv.cl)).

Austrália, no período compreendido entre 1945 e 1999. Keys considerou que o estado da televisão para crianças era o barômetro das políticas televisivas mais vastas em que aquela se inclui.

Nadia Mencinsky e Belinda Mullen (1999) analisaram as tendências principais da programação desde 1979, ano em que foram criadas medidas específicas para assegurar que as crianças tivessem acesso a uma variedade de programas de qualidade produzidos especificamente para elas. As investigadoras analisaram também o desenvolvimento dessas medidas e a forma como levaram à criação, pela *Australian Broadcasting Authority*, do atual *Children's Television Standards*.

Na Europa, a informação reunida neste âmbito provém sobretudo de países como a França, a Grã-Bretanha, a Espanha e Portugal.

Em França, o *Institut National de L'Audiovisuel* (INA) tem revelado interesse por esta matéria, tendo já dedicado à televisão para crianças três números da revista bimestral *Dossiers de L'Audiovisuel*.

O *Dossier* de 1988<sup>8</sup> apresenta, na primeira parte, um panorama da oferta de programas para crianças pelos canais franceses e entrevistas realizadas com cinco profissionais ligados à programação para os mais novos. Na segunda parte, são apresentadas entrevistas aos responsáveis pelo setor financeiro das estações francesas e, na terceira parte, dá-se a conhecer os resultados de um questionário administrado a 5.000 crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos com o objetivo de conhecer as suas práticas televisivas.

O *Dossier* de 1992<sup>9</sup> faz uma caracterização da oferta televisiva daquele país e apresenta um breve panorama da oferta de programas para crianças nalguns países europeus. Além disso, apresenta também algumas reflexões em torno das funções de um serviço televisivo para as crianças, dos constrangimentos que os programadores têm de enfrentar na sua atividade e do conceito de qualidade.

No *Dossier* de 2003<sup>10</sup> faz-se o ponto da situação da oferta televisiva nacional (francesa) e internacional para a infância, debatendo-se as tendências da programação decorrentes das transformações da paisagem audiovisual que se fizeram sentir, sobretudo, a partir do início dos anos noventa. Discute-se também a economia deste setor e a globalização dos programas para crianças. Dá-se ainda a palavra, através da entrevista, como nos números citados anteriormente, aos profissionais ligados à televisão para crianças.

Neste país, destacam-se também quer as pesquisas de Pierre Corset e Anne-Marie Meissonier (1991), quer a de Mireille Chalvon, Pierre Corset e Michel Souchon (1991), quer ainda a de Élisabeth Baton-Hervé (2000).

---

8. *Dossier* n. 19, coordenado por Bénédicte Puppincq, produtora no INA.

9. *Dossier* n. 46, coordenado por Pierre Corset, responsável pela investigação no INA.

10. *Dossier* n. 108, coordenado por Divina Frau-Meigs, socióloga dos media e professora na Universidade de Orléans.

O trabalho de Corset e Meissonier, realizado no âmbito do INA para o *Ministère de la Culture, de la Communication et des Grands Travaux* e para o *Service Juridique et Technique de L'Information*, centra-se na oferta de programas para crianças pelos canais franceses. Para além de analisar a oferta em termos de volume horário, que, de acordo com os autores, aumentou consideravelmente a partir de 1975, Corset e Meissonier apresentam os programas que compõem as grades de programação infantil, destacando os “federadores” (ou “conteutores”) como o modelo emergente e dominante no início da década de noventa.

Mais recentemente, Baton-Hervé, investigadora no Cerulej (*Centre d'Étude et de Recherche Universitaires en Littérature d'Enfance et de Jeunesse*) da Universidade de Bordéus 3, desenvolveu uma pesquisa sobre a evolução dos programas televisivos para crianças na França, no período compreendido entre 1949 e 1999.

A investigadora identificou cinco fases na história da televisão para crianças, correspondendo sensivelmente às grandes etapas da televisão na França que, na sua opinião, foram marcadas por importantes decisões políticas que conduziram a reestruturações decisivas.

Dentro da nacionalidade francesa merece-nos ainda referência o trabalho de Erik Neveu que apresenta uma análise e uma reflexão interessantes sobre o estado da televisão para crianças na Europa, particularmente, na França.

Neveu, no seu artigo *Télévision pour Enfants: État des Lieux* (1990), considera que o paradigma do *fast-food* pode ser utilizado para demonstrar as tendências da televisão para crianças naquele país: paleta de produtos pouco variados e estandardizados, quer em termos de conteúdo, quer em termos de grafismo, asseptização dos produtos que manifestam uma indiferença grande às especificidades locais.

O investigador francês reconhece o aumento de horas de programação destinada aos mais pequenos, mas questiona-o: “esta inflação manifestará uma súbita descoberta das necessidades das crianças? Uma atenção redobrada por parte das estações às suas responsabilidades no processo de socialização?” (1990: 112). Neveu considera que a realidade é outra, justificando assim o seu ponto de vista:

confrontadas com o alargamento das grades de programação, as estações tiveram de fazer face, com meios orçamentais fracamente acrescidos, ao aumento do tempo de antena. Era preciso preencher manhãs e tardes com os produtos mais baratos: *talk-shows*, antigos folhetins e programas para crianças menos onerosos (de estúdio, desenhos animados, muitas vezes antigos, e com a animação reduzida a oito ou catorze imagens por segundo) (1990: 112).

Para Neveu, o desenho animado é uma figura equivalente à do hambúrguer – prato único com muitas variantes. O autor imputa a erosão dos conteúdos originais e das marcas de identidade ao processo de internacionalização: “para ser rentável, uma série deve ser co-produzida e exportada, o que supõe apagar toda a particulari-

dade cultural excessiva susceptível de provocar dificuldades de recepção ou de tradução num dos pólos do triângulo Europa-América do Norte-Japão” (1990: 113).

O caso da Inglaterra, de acordo com as nossas fontes, é paradigmático, na medida em que apresenta um número significativo de investigações longitudinais nesta área, cobrindo, algumas delas, os mesmos períodos de tempo.

Em 1992, foi publicado o relatório de investigação *The Future of Children's Television in Britain: An Enquiry for the BBC*, realizado por Jay Blumler, professor emérito da Universidade de Leeds, por proposta do *Broadcasting Standards Council* (BSC). Apesar de ter sido alvo de várias críticas por parte de investigadores como Buckingham (1999), a pesquisa realizada por Blumler foi, até àquela data, a mais significativa naquela área, tendo sido realizada num clima de ansiedade e de incerteza relativamente ao futuro da televisão para crianças na Inglaterra. Receava-se que os desenvolvimentos políticos, comerciais e tecnológicos que se fizeram sentir ao longo da década de oitenta e início da de noventa conduzissem a um declínio da programação para os mais novos, em nível de quantidade, da diversidade e da qualidade (DAVIES & CORBETT, 1997).

Blumler analisou a programação televisiva para as crianças emitida entre 1981 e 1991 pelos quatro canais terrestres existentes naquela altura. Dos dez anos em estudo, o investigador selecionou uma amostra de períodos de tempo e analisou a oferta televisiva para os mais novos em termos de quantidade, tipo de programas e critérios de qualidade. Blumler conduziu também uma série de entrevistas a profissionais responsáveis pela produção e programação da televisão para crianças.

Nas suas conclusões, Blumler diz que a televisão para crianças na Inglaterra era considerada internacionalmente como uma *Great Tradition* que estava então sob ameaça devido às mudanças no panorama televisivo nacional. Por isso, apela para um acompanhamento e uma supervisão desta área, para se evitar o seu declínio e a sua erosão.

O *Broadcasting Standards Commission*<sup>11</sup>, prestando atenção às advertências e às recomendações deixadas por Blumler, encomenda um novo estudo nesta área, desta vez a Máire Messenger Davies, da *School of Journalism, Media & Cultural Studies, Cardiff University of Wales*, e a Beth Corbett, Investigadora da *School of Media, London College of Printing and Distributive Trades*.

O novo relatório – *The Provision of Children's Television in Britain: 1992-1996* – mostra um panorama televisivo completamente diferente do existente na altura do estudo de Blumler, devido, sobretudo, ao acesso a canais por satélite e por cabo, bem como ao aparecimento de canais exclusivamente dedicados às crianças.

11. O *Broadcasting Standards Commission* foi criado em 1997, resultando da fusão entre o *Broadcasting Standards Council* e o *Broadcasting Complaints Commission*. Dentro do quadro regulador britânico, é o único organismo que cobre todo o sistema televisivo e radiofónico.

As investigadoras realizaram uma análise estatística sobre a programação oferecida às crianças ao longo dos cinco anos em estudo, complementando-a com as opiniões e os comentários de responsáveis pelas políticas de programação e de regulamentação da televisão para a infância, que obtiveram através de entrevistas. O referido relatório revela, entre outros aspectos, que os programas para crianças estão se tornando uma “espécie em vias de extinção”, pois, apesar do tempo de emissão ter aumentado, a programação perdeu muito em diversidade, com um declínio considerável de programas para a idade pré-escolar, de programas informativos e de produção nacional. Perante os resultados, as investigadoras concluem que esta é uma importante área de programação, em mudança constante, que precisa ser promovida e protegida, para que as crianças sejam melhor servidas no futuro.

Esta pesquisa foi atualizada por um outro relatório de investigação – *What Children Watch* – realizado por Kam Atwal, Andrea Millwood-Hargrave e Jane Sancho e publicado em 2003 pelo *Broadcasting Standards Commission* e pela *Independent Television Commission*. Seguindo, na primeira parte, as mesmas coordenadas de Davies e Corbett, as autoras do novo relatório analisam a oferta televisiva para as crianças entre 1997 e 2001, introduzindo, porém, uma nova metodologia na segunda parte: discussão em grupos-foco e realização de entrevistas em grupo (três elementos) a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, com o objetivo de conhecer, através da sua própria voz, os seus hábitos televisivos e de saber a importância que a programação para as crianças assume nas vidas delas. As autoras realizaram também observações em contexto familiar e discussões em grupo com pais, com o objetivo de procurar conhecer as suas perspectivas sobre a oferta televisiva para o público infantil e juvenil.

Atwal, Millwood-Hargrave e Sancho verificaram que a oferta de programação para crianças triplicou desde 1997, concluindo que, nos cinco anos anteriores (1997-2001), esse aumento ficou a dever-se sobretudo ao lançamento do *Channel 5* e à introdução de novos canais por cabo e por satélite dedicados às crianças<sup>12</sup>. A animação é o gênero mais oferecido pelos canais televisivos ingleses, sendo também o gênero mais apreciado e mais visto pelas crianças. O domínio da animação implicou um decréscimo de programas informativos e de ficção ao nível da oferta e, conseqüentemente, também em nível do consumo. Os programas para a idade pré-escolar conquistaram um lugar importante nos canais exclusivamente dedicados às crianças, tendo, todavia, aumentado também nos canais generalistas.

Ainda em território inglês, David Buckingham, Hannah Davies, Ken Jones e Peter Kelley desenvolveram um importante estudo sobre a televisão para crianças. Buckingham e a sua equipe centraram a investigação, primeiramente, na instituição televisiva, analisando a oferta de programas para as crianças durante um período de três semanas, nos meses de janeiro, abril e outubro dos anos 1956,

12. De acordo com a informação de lançamento do relatório, publicada no site do organismo patrocinador ([www.bsc.org.uk](http://www.bsc.org.uk)), o período de realização desta investigação precedeu o lançamento dos novos canais *CBBC* e *CBeebies*, que aumentaram ainda mais a oferta disponível.

1966, 1976, 1986 e 1996, que constitui a sua amostra. Este estudo, que deu origem ao livro *Television for Children in Britain*, publicado em 1999, surge enquadrado e fundamentado por uma notável discussão e por uma interessante reflexão em torno de tópicos como os novos contextos de vida das crianças, as mudanças ocorridas no sistema televisivo britânico e mundial, a emergência da audiência infantil, a qualidade e a diversidade da programação, assim como a tendência cada vez mais acentuada para um ambiente multicanal dominado por um sistema global de mercado.

Num segundo momento, a equipe de Buckingham debruçou-se sobre os “textos” oferecidos às crianças na programação televisiva a elas destinada, analisando determinados gêneros e explorando programas significativos e controversos como *Teletubbies*, *Grange Hill* e *South Park*. Estes contributos encontram-se reunidos na obra *Small Screens: Television for Children*, editada por Buckingham em 2002.

No mesmo país, o estudo de Máire Messenger Davies, *Dear BBC: Children, Television Storytelling and the Public Sphere*, publicado em 2001, embora se baseie mais especificamente na recepção televisiva, aborda também alguns aspectos que podem ajudar a compreender a oferta televisiva. Referimo-nos, por exemplo, à abordagem que a investigadora faz da importância e do valor cultural dos programas de ficção emitidos para as crianças.

Voltando-nos para Espanha, verificamos que a relação das crianças com a televisão é uma temática que está muito presente na agenda dos investigadores deste país<sup>13</sup>. Embora nos pareça que há mais estudos e mais reflexões em torno da recepção televisiva, dos efeitos da televisão sobre o público infantil, da utilização educativa da televisão e da formação dos telespectadores, a programação televisiva para a infância tem sido também objeto de estudo, sobretudo a partir do início da década de noventa. Neste âmbito, podemos destacar o estudo de García Nebreda (1994); a obra *Teleniños Públicos, Teleniños Privados*, da autoria de Alonso, Matilla e Vázquez (1995); a pesquisa de Ibañez, Érez e Zalbidea (1999); e ainda a investigação de Pérez Ornia e de Núñez Ladevéze (2003).

Esta última obra aborda a evolução da oferta televisiva em Espanha, analisando as perdas e os ganhos que a programação infantil sofreu com o triunfo do modelo comercial de televisão, e apresenta uma interessante reflexão sobre televisão, cultura infantil e mercado.

As outras pesquisas apresentam uma análise quantitativa e qualitativa da programação para a infância emitida pelas televisões públicas e privadas espanholas

---

13. Destacamos, neste âmbito, os trabalhos de Perez Tomero (1994), de Joan Ferrés i Prats (1996) e de Aguaded Gómez (2000, 1998, 1998b). Este último autor coordena o Grupo Comunicar, um fórum plural de educação para os meios de comunicação, que merece aqui referência pelo seu importante trabalho de dinamização das instituições educativas para o uso didático, crítico, criativo e plural dos media. De entre as várias edições deste Grupo, salientamos a obra, coordenada por Aguaded Gómez, *La otra mirada a la tele* (1997), que reúne mais de duas dezenas de contributos de investigadores, professores e jornalistas de diferentes comunidades autónomas da Espanha que refletem e propõem a tão necessária “Educação do Consumidor de Televisão”.



em diferentes anos. Entre as muitas conclusões comuns, aqueles investigadores observam uma clara tendência para a diminuição do número de horas de programação infantil e a concentração simultânea da oferta no período da manhã. Garcia Nebreda afirma que a atenção dada aos programas infantis diminui com a configuração mais comercial da televisão e Ibañez, Pérez e Zalbidea apontam razões de carácter económico para estes programas terem sido atirados para horários menos propícios para a publicidade televisiva.

De salientar ainda o fato de o *Observatório Europeu da Televisão Infantil (Oeti)*<sup>14</sup>, criado em 1997, estar sediado na Espanha, promovendo anualmente a realização do Fórum Mundial da Televisão Infantil (FMII), o Festival Internacional de Televisão de Barcelona (FITB) e as Jornadas do Observatório.

Em Portugal, destacam-se as pesquisas de Cristina Ponte (1998) e de Sara Pereira (2004) no domínio da oferta televisiva para crianças. Ponte estudou a programação infanto-juvenil emitida pela RTP ao longo dos seus 34 anos de monopólio televisivo. A autora procedeu a um levantamento e análise da oferta da programação para a infância da RTP no período entre 1957 a 1991, isto é, desde o começo das emissões televisivas em Portugal até às vésperas da atividade dos operadores privados. De acordo com os dados que Cristina Ponte recolheu e analisou, referentes a 17 anos de programas infantis e juvenis na televisão portuguesa, no quadro de empresa única e de prestação de serviço público, a percentagem de programação dirigida aos mais novos manteve-se sensivelmente constante em relação ao volume global de horas de emissão. Em 1990 e 1991, anos que antecederam o início das televisões privadas em Portugal, a oferta deste tipo de programas mais do que duplicou no conjunto dos dois canais (RTP1 e RTP2), tendo acompanhado o crescimento horário da própria emissão. Aliás, o crescimento em horas de televisão pública nos anos que antecederam a entrada dos operadores privados fez-se aumentando significativamente a programação infantil e recorrendo particularmente a aquisições no mercado externo. Foi também a partir de 90/91 que, pela primeira vez, os dois canais dispuseram de estruturas autónomas de programação para esta área.

A pesquisa realizada por Sara Pereira, a partir do último ano da investigação anteriormente referida, permitiu continuar a construir a história da televisão para crianças em Portugal que Cristina Ponte iniciou. Apoiado numa fundamentação teórica em torno do papel da televisão na sociedade, da programação televisiva e da televisão para crianças, o estudo realizado por Pereira teve como principais objetivos caracterizar a evolução da programação para a infância nos quatro canais generalistas portugueses, no período compreendido entre 1992 e 2002, bem como identificar as principais tendências da oferta; auscultar as perspectivas de

14. O Oeti desenvolve as suas atividades partindo da premissa de que os conteúdos da televisão devem formar, educar e entreter. Pretende ser uma instância de discussão e de estudo interdisciplinar para a análise crítica dos programas infantis. Pretende também ser um instrumento ao serviço das crianças, dos pais, dos educadores, dos responsáveis políticos, dos produtores, dos diretores-realizadores, responsáveis pela programação e de todos os que participam no complexo mundo da televisão infantil. Para mais informação consultar: [www.oeti.org](http://www.oeti.org).

profissionais que intervêm e acompanham esta área específica; e conhecer os critérios orientadores e as opções dos responsáveis por este tipo de programação das estações em estudo. Com vista à concretização destes objetivos, a autora recorreu à análise de conteúdo de fontes documentais (revistas especializadas em televisão, anuários das televisões e dados audiométricos) e à realização de entrevistas a profissionais-chave ligados ao setor televisivo. Os principais resultados apontam para um aumento significativo do tempo de programação para os mais novos ao longo dos 11 anos em estudo havendo, contudo, que ter em conta que este emergiu por detrás de um aumento geral das horas de emissão. O período de maior expansão foi o das manhãs dos dias de semana; todavia, este crescimento verificou-se sobretudo nas margens das grades. Passou-se de um período de aumento do tempo de emissão durante o período da tarde para um decréscimo gradual, até ao seu completo desaparecimento, perdendo, desta forma, o seu espaço no período considerado como crucial num serviço de televisão para crianças. A ficção sempre dominou as grades em todos os canais, registando-se um predomínio quase pleno deste gênero a partir da segunda metade da década de noventa. A animação ocupava um lugar privilegiado em todos os canais. Os “programas contendor” tornaram-se, ao longo dessa década, uma categoria significativa da oferta. Registraram-se poucos programas de produção nacional, desenhados e produzidos especificamente para as crianças. Relativamente aos fatores que condicionam a programação, a dimensão econômica era a que mais peso e mais influência exercia na construção da grade. Dela dependia o tipo de produtos que vão ser oferecidos, podendo também influenciar os espaços de emissão (duração dos blocos) e a sua localização na grade. A estrutura organizativo-profissional é um outro fator que condiciona a atividade de programar – as políticas de programação das estações, mas também o perfil profissional dos responsáveis por esta área, são aspectos determinantes do tipo e das características da oferta. Já no que concerne aos critérios implicados na concepção da programação, os índices de audiência, a idade e o sexo das crianças, a concepção de público infantil e a forma pela qual é percebido o papel da televisão na vida das crianças, são fatores que intervêm, de forma decisiva e marcante, nesse processo.

Com a realização dos estudos de Ponte e de Pereira, ficou a coberto o estudo da oferta da programação infanto-juvenil pelos canais hertzianos portugueses desde o início da RTP, em 1957, até ao ano de 2002 (estando-se a dar continuidade). Em termos de oferta televisiva destinada especificamente às crianças portuguesas, ficou ainda por estudar, entre outros aspectos, a programação dos canais por cabo e por satélite difundidos em Portugal.

Cruzando e sumariando as idéias-chave dos estudos apresentados, podemos afirmar que à medida que a indústria dos programas televisivos para crianças se torna cada vez mais global, também as questões que rodeiam a oferta televisiva para os mais novos se tomam transversais.

Apesar de as investigações que expusemos terem sido desenvolvidas em contextos sociais e culturais específicos, as tendências observadas em nível da programação para a infância na última década são coincidentes em muitos aspectos e a

muitos níveis, o que nos leva a partilhar da opinião dos vários autores que concluem que a natureza da televisão para os mais novos é cada vez mais global.

É interessante também verificar que, em boa parte da literatura sobre serviço público de televisão, a programação para a infância e juventude aparece contemplada como uma das áreas a privilegiar na televisão pública<sup>15</sup>. A referência é quase sempre breve, mas é reveladora de uma consciência internacional, que se tem manifestado e intensificado nas últimas décadas, da necessidade de promover uma televisão de qualidade para as crianças, que respeite os seus interesses e direitos. E talvez essa tendência se manifeste também porque os programas para crianças podem ilustrar bem a distinção entre uma política de serviço público e uma política comercial.

A *Convenção sobre os Direitos das Crianças*, documento já referido, apela ao direito de participação, de expressão e de informação por parte das crianças. Estes direitos, expressos respectivamente nos artigos 12º, 13º e 17º da Convenção estipulam que os meios de comunicação social devem assegurar o acesso da criança à informação e promover a divulgação de documentos, nacionais e internacionais, que sejam benéficos do ponto de vista social, moral, educacional e cultural, e ainda que o Estado deve tomar medidas para estimular a publicação de materiais adequados e para proteger a criança de elementos prejudiciais.

Ora, sendo certo que se tem vindo a registar, nos últimos anos, um crescimento sustentado do número de alojamentos cablados e que a tendência seja para este crescimento continuar, nada garante que esta seja uma alternativa efetiva para as crianças. Quer isto dizer, tal como afirma Pinto (2003: 45-46), que

existe uma forte probabilidade de que os canais generalistas tradicionais continuem a acolher, durante bastante tempo, o grosso do consumo da televisão e que não seria avisado enveredar por um caminho que, a pretexto da fragmentação das audiências e da multiplicação das possibilidades de escolha dos telespectadores, levasse a apostar nas infra-estruturas tecnológicas e nas acessibilidades, descurando ou remetendo para segundo plano as ofertas, os conteúdos das programações.

É neste contexto que a existência de um serviço público de televisão (SPT), que aposte fortemente numa programação alternativa e de referência para as crianças, ganha significado. Na nossa perspectiva, o SPT para crianças, como, aliás, para o público em geral, embora não possa ignorar as audiências, não pode regular-se exclusivamente pelos seus índices. Defendemos que, embora os operadores privados devam também submeter-se a certas obrigações de natureza pública, o operador público deve estar sujeito a mais obrigações, sendo mais viável para este, como defende Wolton (1994), adotar medidas que contrariem o mercantilismo dos conteúdos.

---

15. Cf. nomeadamente Jay Blumler, 1993; Wolfgang Hoffmann-Riem, 1993; e Le Paige, 1997. Este último autor, na sua obra *Une minute de silence*, considera que os operadores públicos devem apostar fortemente na programação para as crianças. Diz o autor que esta área de programação pode marcar de uma forma particular a identidade do serviço público.

Assim, espera-se que o projeto de programação para os mais novos de uma estação de serviço público reconheça as assimetrias e carências culturais e educacionais da sociedade, por um lado, e atenda às eventuais lacunas e debilidades do sistema de formação e de educação, por outro. Face à tendência para uma uniformização de canais e de programas, a qualidade deve ser a essência do serviço público de televisão e a diferença deve marcar a sua identidade.

É neste mesmo sentido que se orienta a *Carta da televisão para crianças*, aprovada na 1ª Cimeira Mundial sobre o tema<sup>16</sup>, enunciada em sete pontos fundamentais<sup>17</sup> que resumem bem os princípios orientadores que acabamos de expor.

## SÍNTESE FINAL

Ocupando a televisão um lugar tão relevante no quotidiano das crianças, não será de estranhar que se expressem múltiplas preocupações em torno deste meio e que a investigação a tome como um dos seus objetos de estudo.

Na análise dos discursos e das pesquisas sobre as crianças e a televisão bem como na análise do meio televisivo é possível encontrar, nos conteúdos e nas formas difundidas, um campo da sociedade “se dizer” a si própria, de “se dizer”, neste caso, sobre as crianças e sobre a infância. Partindo da idéia partilhada por González Roqueña (1988: 23) de que o discurso televisivo se refere “aos discursos que alimentam as programações televisivas, não enquanto discursos autônomos, mas como fragmentos de um discurso mais amplo”, será possível, ao analisar como os distintos programas se articulam numa programação e como esta exprime e dá corpo a um fluxo, identificar o lugar e a importância da programação para a infância no macrodiscurso de cada estação televisiva. Identificar o lugar deste discurso permite, por sua vez, conhecer a importância e o valor que as crianças e a infância assumem no quadro da televisão de uma determinada sociedade.

As noções de criança e de infância partilhadas, quer no discurso corrente sobre a relação crianças-televisão, quer no discurso produzido pelos próprios media, neste caso específico, pela televisão, apresentam-se paradoxais. De acordo com os interesses em discussão no momento, as famílias, os meios de comunicação, os grupos de pressão e as entidades governamentais alternam entre a defesa da no-

16. Cimeira realizada em Melbourne, Austrália, em março de 1995.

17. 1) As crianças devem ter programas de alta qualidade produzidos especificamente para elas e que não as explorem. Estes programas, juntamente com o entretenimento, devem permitir-lhes desenvolverem as suas capacidades físicas, mentais e sociais. 2) As crianças devem ouvir, ver e expressar a si próprias a sua cultura, a sua linguagem e experiências de vida, através de programas televisivos que afirmem o seu sentido de pessoas, de comunidade e de lugar. 3) Os programas para crianças devem promover a consciência e apreciação de outras culturas em paralelo com as suas próprias experiências culturais. 4) Os programas para crianças devem ser variados em género e conteúdo, mas não devem incluir cenas gratuitas de violência e sexo. 5) Os programas para crianças devem ser emitidos de forma regular, em horas que as crianças estejam disponíveis para ver e/ou distribuídos por outros meios de grande alcance acessíveis. 6) Devem ser disponibilizados fundos para produzir estes programas com padrões de elevada qualidade. 7) Os governos e as organizações de produção, distribuição e financiamento devem reconhecer a importância e a vulnerabilidade da televisão para crianças e tomar medidas para a apoiar e proteger.

ção de “criança-agente”, ativa e crítica perante os conteúdos veiculados pelos meios, e a de “criança-objeto”, passiva e vulnerável, a necessitar de proteção.

O discurso em torno do lugar e da importância da televisão na vida das crianças, e dos seus possíveis efeitos, não deixa também de ser paradoxal: os pais, tal como outros adultos, queixam-se de que as crianças passam muito tempo a ver televisão, mas a forma como organizam a sua vida tende a “empurrar” cada vez mais as crianças para o mundo dos *écrans*, não só o televisivo.

Os discursos e as pesquisas sobre a relação crianças-televisão refletem, inevitavelmente, as ideologias dominantes sobre a infância. As críticas apontadas à televisão, à sua influência negativa na vida das crianças, têm implícita uma concepção da infância como pura e indefesa. As crianças são vistas como vítimas passivas das influências do meio, absorvendo o que vêem e ouvem sem capacidade de discriminação ativa.

Uma consequência da concepção da infância como irracional e indefesa é o não considerar que as crianças desempenham um papel ativo e seletivo no meio em que estão inseridas. Não as reconhecer como *atoras* do seu próprio processo de desenvolvimento e, portanto, da construção da sua própria infância. Na relação das crianças com a TV são também frequentemente subestimadas as diversas formas através das quais elas constroem o sentido daquilo que vêem; não se considera que “vendo televisão, a criança retira informações, modelos de comportamento, atitudes e valores que, aliás, interpreta e reconstrói à sua maneira” (BREDERODE SANTOS, 1991: 26).

Como referimos, o fato de não partilharmos de uma perspectiva das crianças como vítimas passivas da TV não significa que se pretenda substituir a imagem tradicional da criança inocente e vulnerável, por uma imagem da criança como “super-herói, ativa e autônoma, pois é tão homogênea e indiferenciada como a que é recusada. Torna-se então necessário encontrar uma visão equilibrada da atividade das audiências, para uma análise mais correta da comunicação mediatizada”.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBERO-ANDRÉS, M. (1994). Children and Television: an Eco-socio-cognitive Perspective. *Congresso da Associação Mundial de Sociologia*, jul.

ALONSO, M.; MATILLA, L.; VÁZQUEZ, M. (1995). *Teleniños públicos, teleniños privados*. Madri: Ediciones de la Torre.

ATWAL, K., MILLWOOD-HARGRAVE, A., SANCHO, J. et al. (2003). *What Children Watch: An Analysis of Children's Programming Provision Between 1997-2001, and Children's Views*. BSC and ITC.

BATON-HERVE, E. (2000). *Les enfants telespectateurs: programmes, discours, representations*. Paris: L'Harmattan.

BLUMLER, J. (1992). *The Future of Children's Television in Britain: An Enquiry for the Broadcasting Standards Council*. Londres: Broadcasting Standards Council.

- BREDERODE SANTOS, M.E. (1991). *Aprender com a televisão: o segredo do Rua Sésamo*. Lisboa: TV Guia.
- BUCKINGHAM, D. (2002). *Small Screens: Television for Children*. Londres: Leicester University Press.
- \_\_\_\_\_. (2000). *After the Death of Childhood: Growing up in the Age of Electronic Media*. Cambridge: Polity Press.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Children Talking Television: the Making of Television Literacy*. Londres: The Falmer Press.
- BUCKINGHAM, D.; DAVIES, H.; JONES, K.; KELLEY, P. (1999). *Children's Television in Britain: History, Discourse and Policy*. Londres: BFI Publishing.
- CHALVON, M.; CORSET, P.; SOUCHON, M. (1991). *L'Enfant devant la télévision des années 90*. Paris: Casterman.
- CHEVALLIER, E.; BANNEY, M.; MANSOUR, S. et al. (1991). *La relation enfant-télévision: implications physiques, psychologiques, éducatives et sociales*. Paris: Centre International de L'Enfance.
- CORSET, P. & MEISSONIER, A.-M. (1991). *L'Offre de Programmes pour les Jeunes*. Paris: Ministère de la Culture, de la Communication et des Grands Travaux/Institut National de L'Audiovisuel.
- DAVIES, M. (2001). "Dear BBC": Children's Television Storytelling and the Public Sphere. Cambridge: Cambridge University Press.
- DAVIES, M. & CORBETT, B. (1997). *The Provision of Children's Television in Britain: 1992-1996*. [s.l.]: Broadcasting Standards Commission.
- DORR, A. (1986). *Television and Children: a Special Medium for a Special Audience*. Londres: Sage.
- GARCÍA NEBREDA, B. (1994). El contenido de la programación infantil en televisión. In: VV.AA. *Televisión, niños y jóvenes*. Valencia: RTVV.
- HENDERSHOT, H. (1998). *Saturday Morning Censors: Television Regulation Before the V-Chip*. Durham: Duke University Press.
- IBAÑEZ, J.; PÉREZ, J.; ZALBIDEA, B. (1999). Televisión y Programación Infantil en Euskadi. *Zer*, 7 [www.ehu.es/zer/numero7.htm].
- KEYS, W. (1999). Children's Television: A Barometer of the Australian Media Policy Climate. In: *Children's Television Policy: International Perspectives. Media International Incorporating Culture and Policy*, n. 93.
- KUNKEL, D. (1992). Crafting Media Policy: the Genesis and Implications of the Children's Television Act of 1990. *Journal of Communication*, 42 (3), p. 134-152.
- KUNKEL, D. (1993). Policy and the Future of Children's Television. In: BERRY, G. & ASAMEN, J. (orgs.). *Children and Television: Images in a Changing Sociocultural World*. Newbury Park: Sage, p. 273-290.
- LAZAR (1985). *Escola, comunicação, televisão*. Porto: Rés.
- LINNÉ, O. (1996). *Children and the Media – An Inventory of the State of the Art of European Research and Teaching*. [s.l.]: University of Leicester/Centre for Mass Communication Research.

- LIVINGSTONE, S. (2002). *Young People and New Media*. Londres: Sage.
- \_\_\_\_\_ (1998). *Making Sense of Television – The Psychology of Audience Interpretation*. Londres: Routledge.
- MARIET, F. (1989). *Laissez-les regarder la tele*. Paris: Calmann Lévy.
- McQUAIL, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MENCINSKY, N. & MULLEN, B. (1999). Regulation of Children's Television in Australia: Past and Present. In: *Children's Television Policy: International Perspectives. Media International Incorporating Culture and Policy*, n. 93.
- MEYROWITZ, J. (1985). *No Sense of Place: The Impact of Electronic Media on Social Behavior*. Oxford: Oxford University Press.
- NÄSMAN, E. (1994). Individualization and Institutionalization of Childhood in Today's Europe. In: QVORTRUP, J. & BARDY, M.; SGRITTA, G.; WINTERSBERGER, H. (orgs.). *Childhood Matters – Social Theory, Practice and Politics*. Aldershot: Avebury, p. 165-187.
- NEVEU, E. (1990). Télévision pour enfants: État des Lieux. *Communications*, 51, p. 111-130.
- PALMER, E. (1988). *Television and America's Children: A Crisis of Neglect*. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (1987). U.S. Children's Television in Crisis: Problems of Tradition, Vision, and Value. In: MANLEY-CASIMIR, M. & LUKE, C. (orgs.). *Children and Television: A Challenge for Education*. Nova York: Praeger, p. 165-184.
- PECORA, N. (1999). Children and Television. *Communication Research Trends*, 19 (1/2), p. 1-80.
- \_\_\_\_\_ (1998). *The Business of Children's Entertainment*. Nova York: The Guilford Press.
- PEREIRA, S. (2007). *Por detrás do ecrã: televisão para crianças em Portugal*. Porto: Porto Ed.
- \_\_\_\_\_ (2005). A qualidade na televisão para crianças. *Comunicar – Revista Científica Iberoamericana de Comunicación y Educación*, 25, p. 181-192.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Televisão para crianças em Portugal – Um estudo das ofertas e dos critérios de programação dos canais generalistas (1992-2002)*. Braga: IEC/UM.
- \_\_\_\_\_ (2003a). Investigação sobre crianças e televisão: a vertente da recepção e a vertente da programação. *XXI Revista de Educación*, 5, p. 91-101.
- \_\_\_\_\_ (2003b). A educação para a comunicação na formação de professores e educadores. In: CARVALHO, G. et al. (orgs.). *Saberes e práticas na formação de professores e educadores. Actas das Jornadas DCILM 2002*. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Estudos da Criança, p. 31-35.
- \_\_\_\_\_ (2001). Educação para os media e cidadania. *Cadernos de Educação de Infância*, 56, p. 27-29.
- \_\_\_\_\_ (2000). A televisão e o conceito de infância. In: *Os mundos sociais e culturais da infância. Actas do Congresso Internacional*. Braga: IEC/Cesc, p. 305-309.